

PROFESSORES NA LUTA

DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Não há dúvidas de que professores e professoras em regime de contratação temporária da rede pública de ensino do DF têm alta qualificação e são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes. Mas também é unânime a indignação com as condições de trabalho impostas, traduzidas na precarização dos direitos.

Para que esse cenário se transforme:

É PRECISO LUTAR!

Mire no QR com seu celular e veja como se sindicalizar.



O Sinpro somos nós. Alguns podem pensar que, por sermos professores e professoras em regime de contratação temporária, estar sindicalizado é desnecessário. Muito ao contrário. **Quanto mais frágil o vínculo empregatício, mais organizados e organizadas devemos estar. E quem luta por nós é o Sinpro.**

É claro que ainda estamos longe de termos condições ideais de trabalho. Mas se avançamos, foi devido à nossa luta organizada.

Se hoje temos **13º salário, pagamento das férias não usufruídas e abono de 1/3 de férias**, é porque lutamos junto com o Sinpro.

Se hoje as professoras em regime de contratação temporária podem usufruir da **licença maternidade de 6 meses**, é porque lutamos junto com o Sinpro. E se as professoras CT's **grávidas têm estabilidade provisória** no vínculo empregatício, também é porque lutamos com o Sinpro.

Se na pandemia **11 mil postos de trabalho** de professores e professoras em regime de contratação temporária **foram preservados**, enquanto trabalhadores(as) com esse perfil foram demitidos Brasil a fora, é porque lutamos com o Sinpro.

Essa luta só cresce se nós a fortalecermos participando ativamente do nosso sindicato. Ainda há muito a conquistar. E a nossa luta depende da mobilização de todos nós. Lutemos!



Por que lutar pela reestruturação da carreira do magistério?

A reestruturação da carreira e a recomposição salarial do magistério público atingem também professores(as) em regime de contratação temporária. A remuneração desse grupo, por exemplo, tem como referência os padrões iniciais da tabela salarial mais recente (PQ 3, padrão 1). Com isso, alterações na carreira do magistério público que atinjam o vencimento básico impactarão em questões como pagamento de gratificações, décimo terceiro salário, indenização das férias e um terço de férias de professores(as) CT's.

Nossa meta é a Meta 17

Assim como professores(as) efetivos(as), professores(as) CT's lutam para que o GDF cumpra a Meta 17 do Plano Distrital de Educação (PDE). Segundo a lei, professores(as) e orientadores(as) educacionais da rede pública do DF devem receber, no mínimo, a média da remuneração das demais carreiras com nível de escolaridade equivalente.

Professores(as) de contratação temporária não recebem vencimento básico compatível com a titulação de nível superior exigida no processo seletivo e no concurso público. ISONOMIA JÁ!

A luta por concurso público também é nossa

A rede pública de ensino do DF tem, atualmente, 13.743 professores(as) em regime de contratação temporária. Isso representa mais de 50% da regência de classe.

Essa realidade no mundo do trabalho é uma escolha e projeto político e ideológico para enfraquecer e desmontar o serviço público e a educação pública.

Isso não tem a ver com a qualificação dos profissionais. O que está posto é um projeto político que oferece ao trabalhador um vínculo trabalhista frágil e precarizado, e isso gera medo e insegurança para esses profissionais.

Os professores de contrato temporário são extremamente qualificados. A cada dois anos, renovam seus conhecimentos com uma carga intensa de estudos e são essenciais no processo de ensino e aprendizagem que emancipa e forma cidadãos e cidadãs para convivência coletiva.

Por isso, a convocação de professores(as) concursados(as) para a rede pública de ensino do DF é pauta histórica de professores e professoras de contrato temporário, do Sinpro e de toda a categoria.

META
17

ISONOMIA SALARIAL

“Valorizar os profissionais da educação da Rede Pública de Educação Básica, ativos e aposentados, de forma a equiparar seu vencimento básico, no mínimo, à média da remuneração das demais carreiras de servidores públicos do Distrito Federal, com nível de escolaridade equivalente, até o quarto ano de vigência deste PDE.”

PLENÁRIAS REGIONALIZADAS. PARTICIPE!

A assembleia da categoria do magistério público realizada no dia 14 de março aprovou calendário de plenárias regionalizadas. Nelas, junto com professores e professoras temporários(as) e efetivos(as), serão discutidos os rumos da luta da categoria rumo à valorização profissional e a promoção de uma educação pública de qualidade.

Mire no QR com seu celular e veja o calendário das plenárias



Convoca já!

Não podemos naturalizar esse projeto político em vigor que quer desmontar o serviço público e desvalorizar a educação pública! Por isso, o Sinpro vai pausar as nomeações em todas as reuniões do Sindicato com o governo, ressaltando a urgência de nomear todos os aprovados e todas as aprovadas no último concurso, de 2022. A reivindicação é para que nomeiem tanto os aprovados para vagas de provimento imediato como aqueles que ficaram no cadastro reserva.

Participação de CT's em paralisações e greves

No DF, a participação de professores e professoras de contrato temporário em greves e paralisações é histórica. É por isso que houve avanços em questões importantes para o trabalho e a vida desse segmento. E sempre que há tentativa de cercar a participação dos CT's nos movimentos paredistas, a categoria reage e não permite tratamento desigual.

O mesmo se dá para assegurar a **compensação dos dias parados**. Em todos os movimentos grevistas realizados, o Sinpro atuou e teve êxito na garantia de que essa compensação fosse **feita de forma isonômica para toda a categoria**. Mas é essencial lembrar que, **quanto mais forte e unificado o movimento, mais chances de garantir o atendimento das reivindicações e mais difícil é para o governo a tentativa de punições individuais**.

Ainda é essencial destacar: faltas em função da greve não podem ser computadas para avaliação do critério assiduidade na avaliação de desempenho do(a) trabalhador(a).

A unificação da categoria em defesa das pautas de luta é capital para o avanço dos direitos. Cada um e cada uma é essencial na luta em defesa da valorização do magistério público.

Essa Luta é nossa!

PROFESSOR
LUTANDO
também está
ENSINANDO